

Em defesa do Brasil

Passadas as eleições, o Partido dos Trabalhadores concentra seus esforços, neste ano de 1997, nas lutas em defesa da soberania nacional e pela melhoria da qualidade de vida da população, temas que remetem, naturalmente, à oposição à política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Estão em pauta a implantação definitiva da Reforma Agrária no País; a luta contra a entrega das riquezas de nosso subsolo, impedindo a venda da Companhia Vale do Rio Doce; a pressão para que o Governo enfrente o desemprego com propostas sérias de desenvolvimento; e a mobilização da opinião pública para que os parlamentares ainda derrubem a verdadeira vergonha nacional que foi a aprovação da emenda da reeleição para FHC em primeiro turno.

Essas bandeiras estão sendo empunhadas em conjunto com diversas entidades democráticas, como a Central Única dos Tra-

balhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outros partidos políticos progressistas.

Em cada cidade de cada Estado, a orientação da Direção Nacional aos militantes, dirigentes partidários, parlamentares e governantes é ficar atento às mobilizações, promover o debate dessas questões junto à população, organizar atos, manifestações, debates, enfim, cobrir o País de gestos de inconformismo com a política nefasta que FHC e seus aliados (históricos e de ocasião) estão imprimindo.



2

VALE DO RIO DOCE
Governo quer vender a Companhia Vale do Rio Doce e entregar às multinacionais as riquezas de nosso subsolo



3

DESAFIO
Carreata em Brasília, dia 22/01/97, mostra repúdio da sociedade à reeleição, ao contrário da imagem de governo sem oposição que FHC tenta transparecer




3

DESEMPREGO
Política neoliberal do Governo Federal cria estabilização artificial da moeda, à custa do emprego de muitos



4

REFORMA AGRÁRIA
Eldorado do Carajás, Pará, 17/04/96: 19 sem-terras mortos. Até quando vai imperar a impunidade em nosso País?


PT na TV:
6 de março: no ar, o programa nacional do PT na TV e rádio

Venda da Vale é crime de lesa-pátria

O Governo quer se desfazer de uma das empresas mais lucrativas do País. Mais do que isso, quer entregar às multinacionais as riquezas de nosso subsolo, em troca de alguns dólares para cobrir sua dívida interna. Quais os argumentos do Governo para cometer esse verdadeiro crime de lesa-pátria?

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luiz Carlos Mendonça de Barros, em depoimento no Senado em maio de 1996, disse que a inclusão da Vale no Plano Nacional de Desestatização justificava-se pela necessidade de o Estado retirar-se do setor produtivo da economia, limitando seu papel ao atendimento das necessidades sociais da população, como saúde e educação. Afirmava ainda que o Estado não tem mais capital para promover os investimentos

necessários em pesquisa e exploração dos nossos recursos minerais.

Lucros extraordinários

Como explicar, então, os lucros extraordinários que a Vale vem obtendo ao longo dos anos? Em 1995, segundo a *Folha de S. Paulo* (23/01/97), a empresa lucrou US\$ 338 milhões, exportou um total de US\$ 1,46 bilhão (o dobro da Autolatina) e investiu US\$ 440,2 milhões. Uma empresa desse porte é fundamental para que o País possa direcionar seus inves-



Mina de ferro do complexo Conceição, em Itabira (MG): através da Vale, Brasil é o maior produtor e exportador do minério do mundo

timentos em áreas sociais.

De que maneira justificar a falta de dinheiro para pesquisa após a divulgação, apesar das tentativas do BNDES de esconder, da descoberta de reservas espetaculares de cobre e ouro em Carajás, no Pará? Tal descoberta, somada às já conhecidas jazidas de diversos outros minerais importantes, atiça a cobiça dos países consumidores, como Estados Unidos e Japão, e das empresas concorrentes, de bandeira sul-africana e australiana, potenciais interessados no leilão de venda da Vale.

O QUE O PT DEFENDE

O que o Partido dos Trabalhadores defende para a Vale e o setor mineral como um todo (e que constou do programa de Governo da candidatura Lula à presidência da República em 94), é a inserção da atividade mineral no desenvolvimento econômico e social do País; prioridade ao atendimento ao mercado interno, com o suprimento de matérias-primas para a construção (em sintonia com um programa de habitação, saneamento e infra-estrutura), produção de fer-

tilizantes para a agricultura e incentivo às pequenas empresas de mineração.

Prevê, ainda, que as políticas para o setor passem por ampla discussão, com a participação dos governos federal e estaduais, dos trabalhadores, empresários e entidades não-governamentais ligadas à área. Especificamente para as estatais, como a Vale, o PT defende a democratização de sua gestão, com a participação dos funcionários e da população.

Companhia foi criada em 1942

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. À época, o mundo estava às voltas com a II Guerra e a necessidade de matérias-primas para a indústria bélica era grande. As reservas de minério de ferro do Brasil eram exploradas pela companhia inglesa Itabira Iron, em Minas Gerais.

Percebendo a importância de esses recursos naturais ficarem sob controle brasileiro, a sociedade passou a exigir o fim da concessão de exploração das reservas à empresa inglesa. Em 1939, respaldado pela Constituição de 37, que estabeleceu que a mineração só poderia ser feita por empresa nacional, Vargas considera caducas as concessões. Em 1942, o presidente assina o Acordo de Washington, obtendo dos Estados Unidos recursos para a implantação da Vale, em troca de fornecimento de minério de ferro para os países Aliados. Era criada, assim, em 1 de junho de 1942, a Companhia Vale do Rio Doce, responsabilizando-se pela exploração, comércio, transporte e exportação de minério de ferro.

Carajás

No final da década de 1970, o Governo lança o Programa Grande Carajás, na Região Amazônica. A intenção do projeto era criar novas oportunidades de emprego na região, explorar os recursos naturais ali abundantes, preservar e valorizar o meio ambiente e a população locais e servir de mecanismo de integração nacional. O escoamento da produção se daria com a construção da Estrada de Ferro Carajás, ligando o Pará a São Luís do Maranhão, e o



Estrada de Ferro Vitória-Minas foi construída para o escoamento da produção até o porto de Tubarão

suprimento de energia se daria com a instalação da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Os recursos necessários foram obtidos junto ao Banco Mundial, que, em contrapartida, exigiu que 30% do capital da Vale ficasse em mãos de empresas privadas, através da emissão de debêntures conversíveis em ações. Tal expediente quase provocou a privatização da companhia em 1984, quando percebeu-se que o Tesouro estava em vias de perder o controle acionário da Vale. Foi necessária uma operação de compra de ações para que a União não visse a empresa escorrer de suas mãos.

Privatização

Hoje, o Tesouro Nacional detém 51% das ações da Vale. Em 1995, seguindo o programa de desestatização gestado no governo de Fernando Collor, o BNDES anuncia a inclusão da Vale entre as estatais a serem privatizadas.

Desde então, diversos setores se mobilizaram em várias frentes para impedir a venda. Mas, fazendo ouvidos moucos "à voz rouca das ruas", Fernando Henrique Cardoso insiste no leilão. Foi contratada consultoria para avaliar o patrimônio da empresa para, com base nesse estudo, se fixar o preço mínimo para a venda. Especula-se que deva ficar por volta de US\$ 11 bilhões. Confrontado com as reservas em poder da empresa, esse valor torna-se ridículo, para dizer o mínimo.

Conheça o patrimônio da Vale



RESERVAS

(em toneladas):
Minério de ferro - 41 bilhões
Bauxita - 2 bilhões
Minério de cobre - 1 bilhão
Caulim - 65 milhões
Manganês - 129 milhões
Ouro - 563
Potássio - 14,5 milhões
Cloreto de Potássio - 12 mil

INFRA-ESTRUTURA

Transportes - Estrada de Ferro Vitória-Minas
Estrada de Ferro Carajás-São Luís
Porto de Tubarão (ES)
Porto de Ponta da Madeira (MA) Empresa de navegação Docenave
Pesquisa - Rio Doce Mineração e Geologia (Docegeo)
Recursos florestais - 600 mil ha de florestas nativas no Amazonas, Minas Gerais e Espírito Santo

MINAS ATIVAS

Nome	Localização	Minério
Mina N4-E	Carajás (PA)	ferro
Complexo Cauê	Itabira (MG)	ferro
Complexo Conceição	Itabira (MG)	ferro
Fazendão	Santa Bárbara (MG)	ferro
Timpopeba	Ouro Preto (MG)	ferro
Azul	Carajás (PA)	manganês
Fazenda Brasileiro	Teofilândia	ouro
Igarapé Bahia	Carajás (PA)	ouro
Riacho dos Machados	Riacho dos Machados (MG)	ouro
Fazenda Maria Preta	Santa Luz (BA)	ouro
Itabira	Itabira (MG)	ouro

Ato contra a venda da Vale em Belém



No dia 28 de fevereiro, o Fórum de Belém em Defesa da Vale

promoverá debate sobre a venda da companhia. O evento servirá como um ato público contra a intenção do Governo de entregar as riquezas de nosso subsolo às multinacionais. Estão confirmadas as presenças de José Dirceu, Lula, Vicentinho, do ex-vice-prefeito Aureliano Chaves e de

membros do Fórum Nacional em Defesa da Vale. O debate será às 19h, no auditório da Sudam.

É importante que os outros Estados também promovam manifestações como esta. Para obter maiores detalhes sobre as articulações contra a venda da Vale, contatar o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), tel. (061) 311-2391 e 2392, ou deputado federal João Fassarela (PT-MG), tel. (061) 318-5283

Expediente



Sede Nacional do PT

pt notícias especial MOBILIZAÇÃO é uma publicação da Secretaria Nacional de Comunicação e Grupo de Trabalho Eleições 96 (GTE). **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu/ **Secretário Nacional de Comunicação:** Gilberto Carvalho/ **Projeto Gráfico/DTP:** Fábio Cotrim Meirelles/ **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercuri (Mtb 19.645)/ **Redação:** Carlos Mercuri, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves/ **Administração:** Chico Macena, Lia Gonçalves/ **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, tel.: (011)224-1900 (PABX), fax (011)222-9665/ **Tiragem:** 100 mil/ **Impressão:** Bangraf.

Desafio

Viver intensamente os 17

No último dia 10 de fevereiro, nosso PT completou 17 anos. As dúvidas, esperanças e crises típicas dessa idade juvenil tomam conta do Partido neste momento. Desde o final do primeiro turno, quando os resultados eleitorais foram francamente favoráveis ao PT, nosso partido tem sido vítima de ataques violentos, com grande repercussão na grande imprensa.

Enquanto o festival de fisiologismo do Governo Federal, escandalosamente exposto no episódio da aprovação em primeiro turno da reeleição, bem como na eleição das presidências da Câmara e do Senado — é tratado com cumplice benevolência, a imprensa superdimensionou o tratamento a episódios como os que envolveram companheiros petistas no princípio do ano, além da questão do uso dos cargos comissionados pelo PT e das divisões internas que ocorreram em algumas cidades durante a disputa eleitoral.

Conscientes de que nossa força reside em grande parte na trajetória inatacável de nossa militância e de nossas figuras públicas; sabendo que o PT inaugurou neste País uma nova postura ética no trato da política e que, por essa razão — e pelos nossos projetos —, é depositário crescente da confiança popular, os setores dominantes trataram de organizar um combate sem quartel ao nosso Partido, procurando atingir justamente o aspecto da ética de nosso comportamento. Trata-se de uma “operação vala-comum”, que tenta demonstrar que o PT, no fundo, é “igual a todos os outros”.

É um momento que exige de nossa parte maturidade, clareza e coragem.

Maturidade e clareza para dimensionar adequadamente esses ataques, evitando-se o pânico ou o desespero do “tudo acabou”.

Coragem para reconhecer nossos erros, assumi-los publicamente e tomar as medidas — por dolorosas que sejam — para corrigi-los e evitá-los. A impunidade típica da política burguesa, tradicional, não pode prevalecer entre nós. Apesar do ataque desproporcional, é evidente que nossos erros fornecem os argumentos básicos para essas campanhas.

Não se pode deixar de considerar que nossa pregação e nossa trajetória exigem de nós comportamento diferenciado e uma expectativa muito mais rigorosa por parte de nossos simpatizantes e apoiadores. A crítica desse setor tem que ser muito bem-vinda por nós e funcionar como nossa consciência crítica. Não se deve deixar de levar em conta a onda de desânimo de nossa militância que faz política por paixão — quando certos episódios põem em dúvida nosso comportamento ético. Ao contrário, temos de insistir em que a ética na política seja uma constante, não um patrimônio apenas de nosso Partido.

Resistência e criatividade

O Governo tenta criar neste momento um clima de falsa unanimidade, muito semelhante ao “Ame-o ou deixe-o” dos tempos do milagre econômico no período 1970 a 73. Críticos “bem pensantes” falam em crise terminal da esquerda e do PT.

A atitude mais fácil é a capitulação, é ir na onda ou o desânimo. A mais irresponsável é a atitude de avestruz, de que nada está acontecendo. Na verdade, não

é a primeira vez que enfrentamos situação semelhante. Basta lembrar o isolamento vivido em 84/85 no processo do Colégio Eleitoral, as campanhas de criminalização que sofremos no caso do assalto a uma agência do Banco do Brasil em Salvador, em 1986, o conflito em Leme, entre outros episódios.

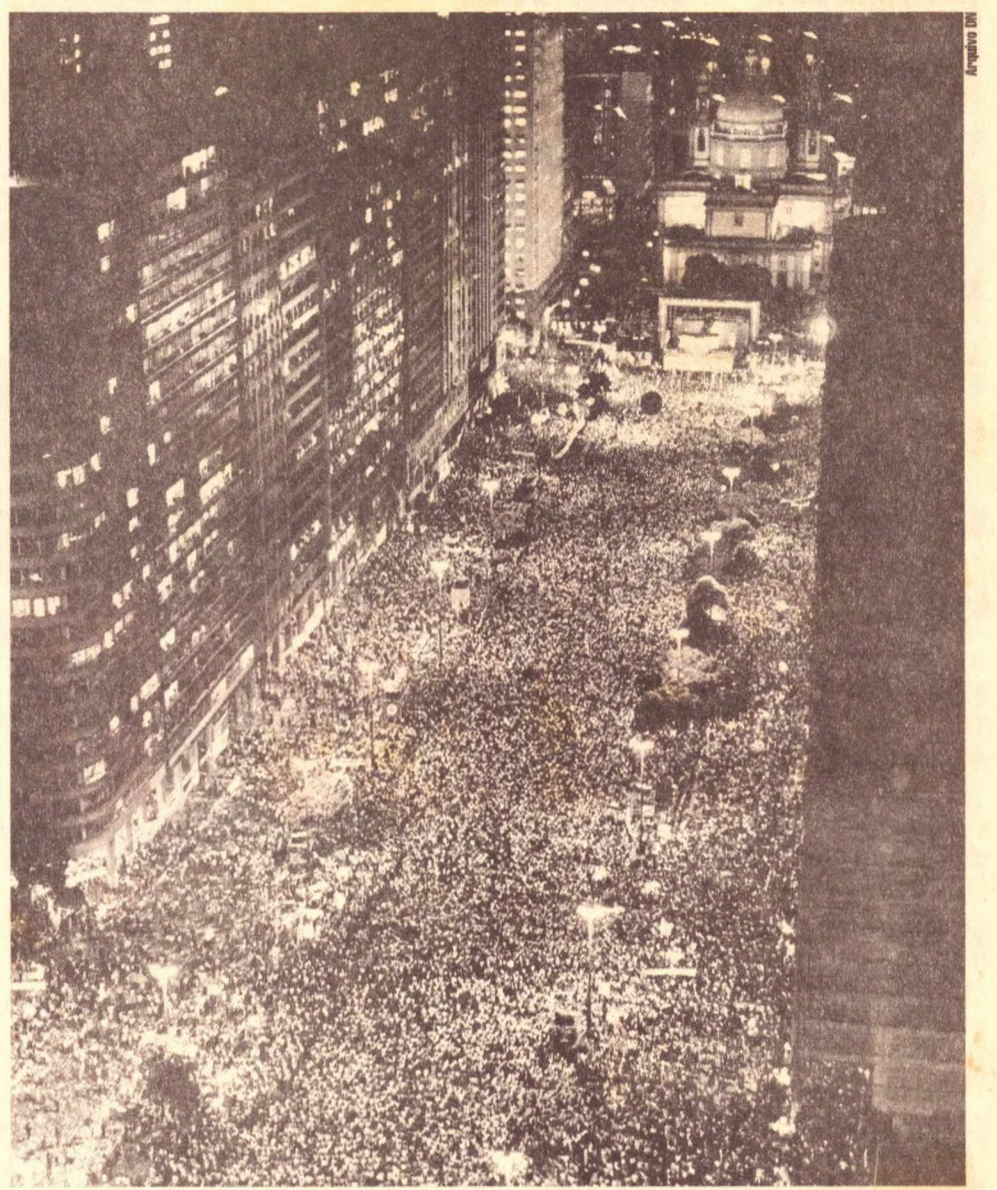
As grandes crises exigem generosidade na resistência e criatividade para se buscar alternativas. Para isso, é fundamental reconstruirmos nossa unidade de ação e de projeto político. Nosso envolvimento em ações concretas, combinado com a retomada de um debate amplo e organizado sobre nosso projeto socialista, poderão ser o caminho de construção de nossa alternativa e, ao mesmo tempo, de consolidação de nossa unidade.

Cada diretório municipal deve, imediatamente, chamar seus filiados e simpatizantes a uma ação em defesa das três causas que nos preocupam neste momento: a defesa e exigência da Reforma Agrária; a defesa da Vale do Rio Doce e sua conversão em empresa efetivamente pública; e a luta pelo emprego.

Ao mesmo tempo, chamamos os Diretórios Regionais a organizar conferências estaduais, seminários, simpósios, onde nossos militantes possam, sem a “chave” das tendências organizadas, participar de debates sistemáticos a respeito de nosso projeto socialista.

Será esta a melhor forma de comemorarmos nossos 17 anos, dando passos firmes para a maturidade política de nosso Partido.

Gilberto Carvalho, secretário nacional de Comunicação do PT



Comício das Diretas, na Candelária (RJ), em 1984, um marco da mobilização popular: como naquela época, em que o Partido ficou isolado no Colégio Eleitoral, novamente se fala em crise da esquerda e, em particular, do PT

Desemprego

PT organiza campanha pelo emprego Medidas limitam ação sindical

E adere à mobilização da CUT contra as políticas neoliberais, em defesa da terra, do emprego, do salário e da cidadania

O desemprego é outra das preocupações do PT. Ciente de que a questão não está sendo tratada com o devido cuidado pelo Governo FHC, o Partido pretende organizar uma grande campanha para que o assunto ganhe visibilidade na sociedade. Só na Grande São Paulo, mais de um milhão de trabalhadores (13% da População Economicamente Ativa, segundo o Dieese) não têm de onde tirar o sustento. É o resultado da política adotada pelo Governo Federal desde a implantação do Plano Real: abertura indiscriminada da economia, falta de uma política industrial, agrícola e agrária séria, sobrevalorização do câmbio e dos juros, combinadas com as tentativas de suspensão de direitos históricos dos trabalhadores, com alterações na CLT, como o contrato temporário de trabalho e as mudanças no FGTS e na Previdência. É o Governo Federal rezando na cartilha neoliberal, deixando a questão do emprego a cargo exclusivamente do mercado. Contra isso, o PT sairá em campanha, denunciando o descaso do Governo com a questão e propondo alternativas. De imediato, já abraça as iniciativas da Central Única dos Trabalhadores e conchama os militantes e filiados a participar das atividades preparadas pela CUT, expostas a seguir.



Política adotada pelo Governo Federal desde a implantação do Plano Real provoca desemprego e pretende eliminar direitos históricos dos trabalhadores

Reage Barsil

A Central Única dos Trabalhadores prossegue em 1997 a campanha Reage, Barsil!, e desde o começo está organizando uma série de atividades, como a vigília permanente de dirigentes e ativistas em Brasília, desde a convocação extraordinária do Congresso Nacional, para pressionar os parlamentares contra a emenda de reeleição, que acabou sendo aprovada em primeiro turno na Câmara no dia 29 de janeiro.

A agenda para os próximos meses prevê várias atividades, que contam com o apoio e participação do Partido dos Trabalhadores. É o caso da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania. Prevista para os dias 4, 5 e 6 de abril, em Brasília, a

conferência terá o objetivo de discutir de forma ampla e permanente o Brasil do desemprego, do latifúndio, da violência, do trabalho escravo e infantil, da exclusão social, da degradação da saúde e da educação e da concentração de renda e terra.

A idéia é unificar as lutas dos movimentos populares, estabelecendo uma agenda comum entre as diversas organizações e partidos políticos comprometidos com a democracia e com a construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, a CUT

estará empenhada em promover manifestações em todas as capitais contra a miséria e por políticas sociais. De março a julho, será realizado o 4º Grito da Terra - Brasil!, que defenderá a Reforma Agrária e implementação de políticas que valorizem a agricultura familiar. O lançamento da campanha, organizado pela CUT e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), será entre os dias 19 e 22 de março.

A CUT prepara ainda o Encontro de Sindicalistas Anti-Racistas, nos dias 2 a 4 de abril, quando será debatida a situação dos negros no Brasil e avaliada

a atuação da Comissão Nacional contra a Discriminação Racial da CUT. Nos dias 17 a 19, será realizada Conferência da Juventude, que debaterá a inserção dos jovens no mercado de trabalho e organizar participação maior deles nas instâncias da central.

Para o 1º de Maio, haverá duas principais atividades preparatórias: acampamento de desempregados em Brasília, vindos em caravanas de todo o País, e manifestações em todas as capitais e regiões do País em 30 de abril, Dia Nacional de Luta. A CUT pretende que haja paralisações de várias categorias de trabalhadores nessa data.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez levantamento sobre as medidas tomadas pelos poderes Executivo e Judiciário que, nitidamente, têm o objetivo de enfraquecer as organizações representativas dos trabalhadores. Tais iniciativas, como decisões judiciais, medidas provisórias, decretos, projetos de leis, portarias etc. criam um clima de medo e pânico nos trabalhadores, ao verem limitado o poder de intervenção das entidades sindicais.

Entre as diversas medidas listadas pelo Diap, constam decisões judiciais como o retorno do efeito suspensivo, via medida cautelar, de ações ganhas pelos trabalhadores nas instâncias inferiores da Justiça do Trabalho; restrição da cobrança de contribuições definidas em assembleia, em especial as confederativas, assistenciais ou de êxito, apenas aos associados das entidades sindicais; aplicação de multa por motivo de greve e proibição aos tribunais do Trabalho, em julgamento de dissídios coletivos, de assegurarem vantagens e garantias aos trabalhadores além das previstas em lei.

No âmbito do Poder Executivo, figuram entre as medidas contrárias à organização sindical a Portaria 865/95, do Ministério do Trabalho, que impede que fiscais autuem empregadores que descumprem deveres constantes em acordos e convenções coletivas; portaria que autoriza redução de direitos assegurados em lei mediante acordo ou convenção; a Medida Provisória 1.488, que acaba com a política salarial e restringe negociações coletivas e outras MP específicas sobre os servidores públicos, autorizando demissões de funcionários não-estáveis e instituindo Programa de Desligamento Voluntário.

O Governo Federal ainda enviou vários projetos de lei e de emenda constitucional nocivos aos trabalhadores, como o PL 1.724/96, que institui o trabalho temporário de trabalho; o PEC 33/96, sobre a Reforma da Previdência, que suprime ou reduz direitos previdenciários, e os PL 4.864/94, que substitui a CLT, suprimindo vários direitos, e 3.549/93, que restringe a atuação do sindicato como substituto processual.

Além desses, destaca-se, ainda, a ameaça de denúncia, por parte do Governo brasileiro, da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que protege os trabalhadores contra demissões imotivadas e arbitrárias.

Fazenda Giacometti, no Paraná, a maior ocupação promovida pelo MST no País, em abril de 96



Reforma Agrária é urgente

A Reforma Agrária é cada vez mais necessária para o País. Prova disso é a crise por que vem passando o setor agrícola. A área cultivada da safra de 1996 foi 2% menor que a de 1980, enquanto a renda obtida no ano passado foi 49% menor que a daquele ano. O resultado é que o Governo teve de importar carnes, peixes, leite, derivados, cereais e algodão, gastando nisso divisas de US\$ 3 bilhões, em alimentos que poderiam ser produzidos no País. Só na cultura do algodão, o Brasil perdeu a liderança no mercado externo, sendo agora o terceiro exportador do produto. Isso resultou na extinção de 400 mil empregos.

A negligência se verifica também na política de assentamentos. O presidente Fernando Henrique havia garantido, em reunião com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em maio de 1996, que o assentamento de famílias que estavam acampadas seria prioridade. O que se viu, ao final do ano, foi o descumprimento daquela promessa. Chegou-se em dezembro com 250 acampamentos. O Incri (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) alardeia que atingiu a meta de promover o assentamen-

to de 60 mil famílias no ano passado, a maioria realocada a assentamentos antigos. O problema é que 57% desse total concentra-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto no Sul e Sudeste ainda há 18 mil famílias acampadas.

Mesmo assim, os recursos necessários para que os assentados pudessem começar a produzir não estão vindo. O Incri aplicou apenas R\$ 100 milhões no ano passado. Seriam necessários R\$ 720 milhões, levando-se em conta que cada família tem direito a R\$ 7.500,00 de crédito para produção, R\$ 1.500,00 para alimentação e R\$ 3.000,00 para construir uma casa.

Massacres

O Governo se comprometeu ainda a punir os responsáveis pelos massacres de Eldorado do Carajás (PA) e Corumbiara (RO), mas até agora impera a impunidade e continua a haver assassinados, como o de três trabalhadores rurais em Ourilândia do Norte (PA), em 13 de janeiro, e a de dois trabalhadores na Fazenda Giacometti, no Paraná, no dia 16 de janeiro. E o Governo também nada faz de efetivo para desarmar a ressuscitada União Democrática Ruralista (UDR).

PT convoca a militância

Por acreditar que a Reforma Agrária é importante para solucionar a grave crise social por que o País passa, o PT convoca todos os brasileiros comprometidos com a democracia, assim como seus próprios simpatizantes e filiados, a se engajarem na luta pela Reforma Agrária. Com este objetivo, orienta a militância a engajar-se na promoção de eventos, atividades e ações de luta pela terra em nosso País, a exemplo do Grito da Terra. De imediato, incorpora-se à Marcha pela Reforma Agrária, cuja chegada a Brasília está prevista para 17 de abril, quando será lembrado o decurso do primeiro ano desde o massacre de Eldorado dos Carajás. Em cada ci-

dade por onde a marcha passar, o PT deve organizar atividades para receber e solidarizar-se com os Sem-Terra. A Secretaria Agrária Nacional (SAN) sugere que os parlamentares petistas se alternem no acompanhamento da marcha, de maneira a acompanhar os 60 dias da campanha. A SAN também pede que os parlamentares divulguem nos plenários federal, estaduais e municipais e também na imprensa a realização do movimento. As Secretarias Agrárias Estaduais também podem colaborar, acionando os diretórios municipais e prefeituras petistas ou coligadas a fim de que organizem recepções e adesões à marcha durante seu percurso.



MST prepara Marcha a Brasília

O MST começa, no dia 17 de fevereiro, marcha nacional a Brasília pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Sairão caravanas das cidades de Rondonópolis (MT), São Paulo (SP) e Governador Valadares (MG). No percurso, serão realizadas campanhas em defesa da Companhia Vale do Rio Doce, contra o neoliberalismo e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

As caravanas chegarão em Brasília no dia 17 de abril, quando completa um ano o massacre de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA). A data foi escolhida como o Dia Mundial de Luta Camponesa e estarão ocorrendo manifestações em todo o mundo. Também em todo o País o MST organiza mobilizações para o 17 de abril. A orientação é que em todos os Estados se promovam caminhadas até as capitais e atos públicos no dia, nos quais será exigida a punição dos responsáveis

pelo massacre e denunciada a impunidade. Igualmente nos acampamentos e assentamentos haverá manifestações.

Em Brasília, os participantes das caravanas ficarão acampados até o dia 1º de Maio, juntando-se às manifestações dos trabalhadores e desempregados urbanos organizadas pela CUT e entidades sindicais. O Dia do Trabalhador também contará com a participação do MST nos atos em todo o Brasil.

Grito dos Excluídos

O MST também participará ativamente da mobilização para o ato público Grito dos Excluídos, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 7 de setembro. Antes, o movimento marcará presença nas manifestações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, e do Movimento dos Atingidos por Barragens, em 14 de março.

Concentração de terras igual há 50 anos

O Atlas Fundiário Brasileiro, realizado pelo Incri (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária) e divulgado em setembro de 1996, mostra que 62,4% das 3,1 milhões de propriedades rurais do País são improdutivas. Aparenta, também, que 2,3% das fazendas brasileiras detêm mais de 50% das terras, situação imutável desde 1940. Esses números, oficiais, comprovam a desigualdade reinante no País em termos de distribuição da terra.

O atlas não deixa dúvidas quanto a isso. Nele, se observa que há 2,3 milhões de imóveis rurais de até 50 hectares, ou 75% do total de propriedades. No total, a pequena propriedade corresponde a 11% das terras agricultáveis - 35 milhões de hectares.

Tamanho propr.	nº de imóveis	% imóveis	área total em ha	% área
Até 50 ha	2.340.959	75%	35.892.202	10,8%
50 a 1 mil ha	729.983	22%	129.715.144	39,2%
1 mil a 100 mil ha	43.881	1,6%	141.708.990	42,7%
mais de 100 mil ha	75	0,002%	24.047.669	7,3%
Total	3.114.898	100%	331.364.012	100%

No outro extremo, vê-se que apenas 75 propriedades são donas de 24 milhões de hectares. São grandes fazendas de mais de 100 mil hectares. Isso quer dizer que estão nas mãos de apenas 75

proprietários 7,3% das terras no País. Só nessas áreas, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), daria para assentar mais de 1,5 milhão de famílias.

ADQUIRA OS MATERIAIS PROMOCIONAIS DO PT.

1997

PT PARTIDO DOS TRABALHADORES

Agenda de Bolso
Preço (unitário): R\$ 3,00
Descontos: acima de 10: 05% • acima de 20: 10% • acima de 40: 15% • acima de 60: 20% • acima de 100: 25%

Agenda Grande
Preço (unitário): R\$ 10,00
Descontos: acima de 05: 05% • acima de 10: 10% • acima de 20: 15% • acima de 30: 20% • acima de 50: 25%

Calendário/Pôster do PT/97: R\$ 6,00 - Foto de Sebastião Salgado "Crianças de São Paulo"

LIGUE PARA O DIRETÓRIO DE SEU ESTADO E RESERVE

UF (DDD) FONE	UF (DDD) FONE	UF (DDD) FONE
AC (068) 224.7313	MA (098) 221.3372	RJ (021) 262.5863
AL (082) 221.5788	MG (031) 222.3811	RN (084) 212.1165
AM (092) 233.5606	MS (067) 382.2431	RO (069) 221.6365
AP (096) 223.3863	MT (065) 624.3822	RR (095) 917.1680
BA (071) 321.7669	PA (091) 241.6631	RS (051) 221.5533
CE (085) 253.4442	PB (083) 221.1198	SC (048) 224.1148
DF (061) 225.5103	PE (081) 423.7067	SE (079) 224.2692
ES (027) 223.3455	PI (086) 223.0019	SP (011) 224.1900
GO (062) 224.3455	PR (041) 323.1162	TO (063) 215.2106